



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro

Presidência

Termo de Cooperação Técnica N° 02/ 2022

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS (COPPETEC), COM INTERVENIÊNCIA EXECUTORA DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, E CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA FORMA ABAIXO

PARTÍCIPIES:

1º Parceiro: PRODERJ CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 30.121.578/0001-67, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20051-011, neste ato representado por seu Presidente Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, nos termos do ato de delegação conforme Decretos de 08 de julho de 2022, DOERJ n.º 124-A, daqui por diante designado PRODERJ;

2º Parceiro: COPPETEC FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 72.060.999/0001-75, com sede na Avenida Moniz Aragão, n.º 360, Bloco 1 - CGTEC - CT2, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21941-972, neste ato representada conjuntamente por seu Diretor Superintendente Antonio Macdowell de Figueiredo, carteira de identidade número 709.879 (SSP/PE), inscrito no CPF/ME sob o número 296.746.977-72, e por seu Diretor Executivo Fernando Otavio de Freitas Peregrino, carteira de identidade número 141558/D (CREA/RJ), inscrito no CPF/ME sob o número 366.461.807-68, doravante denominada COPPETEC;

Interveniente Executora: POLITÉCNICA-UFRJ ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 33.663.683/0006-20, com sede na Av. Athos da Silveira Ramos, n.º 149, Prédio do Centro de Tecnologia, Bloco A, 2º andar, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21945-970, neste ato representada por sua Diretora Cláudia do Rosário Vaz Morgado, carteira de identidade número 48.028.767-2 (DETRAN-RJ), inscrita no CPF/ME sob o número 804.200.977-53, nos termos do Ato de Nomeação conforme Portaria n.º 1.066, de 06 de fevereiro de 2018, publicada da Seção 2 do Diário Oficial da União de 07 de fevereiro de 2018, doravante denominada POLITÉCNICA-UFRJ.

Os Partícipes supracitados ajustaram, e por este instrumento celebram **TERMO DE COOPERAÇÃO PARA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E ATUALIZAÇÃO EM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS SERVIDORES NO ESTADO DO RIO**

DE JANEIRO, doravante denominado simplesmente “Termo”, que será regido de forma incondicional e irrestrita pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional n.º 85/15, Lei n.º 10.973/2004, Lei n.º 13.243/2016, Decreto n.º 9.283/2018 e Lei n.º 8.958/1994), e com direcionamento do Parecer n.º 15, de 2013, da Advocacia Geral da União (AGU), no que couber, bem como pelo Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cooperação tem por objeto a cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para desenvolver o **Programa de Capacitação de Servidores Públicos de Tecnologia de Informação e Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro**, denominado PROGRAMA ACADEMIA PRODERJ - 2022, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho, anexo, visando à transferência de recursos financeiros através do Interveniente, à gestão administrativa, financeira e sua execução técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PLANO DE TRABALHO

2.1 O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos com o presente Termo de Cooperação Técnica apresentando o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalhando as atividades e as atribuições de cada um dos envolvidos, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto deste termo, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

2.2 Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a POLITÉCNICA-UFRJ, mediante a participação financeira da COPPETEC, fomentará/executará as atividades contidas no objeto desse Termo conforme o Plano de Trabalho, sob as condições aqui acordadas, sendo parte integrante e indissociável deste Termo.

2.3 Na execução do Plano de Trabalho, a atuação dos PARTÍCIPES dar-se-á sempre de forma associada. Para tanto, os PARTÍCIPES indicam, na forma do item 3.1, seus respectivos Coordenadores de Projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades correspondentes ao Plano de Trabalho.

2.4 Recai sobre os Coordenadores do Projeto, nos termos da alínea c, item 3.1.1., as responsabilidades técnicas e de articulação correspondentes.

2.5 Situações capazes de afetar sensivelmente as especificações ou os resultados esperados para o Plano de Trabalho deverão ser formalmente comunicadas pelos Coordenadores de Projeto ao setor responsável, aos quais competirá avaliá-las e tomar as providências cabíveis.

2.6 A impossibilidade quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja Termo entre os PARTÍCIPES quanto à alteração, à adequação ou ao término do Plano de Trabalho e à consequente extinção deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste Termo de Cooperação Técnica:

3.1.1 Da POLITÉCNICA-UFRJ:

- a) aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo;
- b) manter rigoroso controle das despesas efetuadas e dos respectivos comprovantes com vistas à prestação de contas da execução do objeto deste Termo;
- c) indicar um coordenador, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura deste Termo, para acompanhar a sua execução;
- d) prestar ao(s) parceiro(s) informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos moldes desse Termo;
- e) monitorar, avaliar e prestar contas nos termos deste documento;
- f) manter, durante toda a execução do Termo de Cooperação Técnica todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;
- g) manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, mão de obra qualificada disponível, elaboração e fornecimento de material pedagógico/didático, quando necessária, para a execução das atividades relativas a este Termo de Cooperação Técnica e ao Plano de Trabalho;
- h) a responsabilidade de todo o processo de inscrição dos alunos nos cursos é da POLITÉCNICA-UFRJ, devendo esta enviar ao PRODERJ a lista dos inscritos para que seja feita a seleção dos mesmos e posterior devolução à POLITÉCNICA-UFRJ para dar continuidade aos procedimentos;
- i) todos os certificados de conclusão dos cursos serão emitidos com a chancela da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

3.1.2 Do PRODERJ:

- a) transferir os recursos financeiros acordados, segundo o Cronograma Físico-Financeiro constante no Plano de Trabalho, por meio do aporte de recursos financeiros de sua responsabilidade;

- b) indicar coordenador, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura deste Termo, para acompanhar a sua execução;
- c) colaborar, de acordo com os critérios elencados no plano de trabalho, para que o Termo alcance os objetivos nele descritos;
- d) prover acesso a POLITÉCNICA-UFRJ e a COPPETEC ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI do Estado do Rio de Janeiro;
- e) o PRODERJ receberá da POLITÉCNICA-UFRJ a relação dos inscritos nos cursos para efetuar análise e seleção dos alunos que devolverá à POLITÉCNICA-UFRJ para demais procedimentos.

3.1.3 Da COPPETEC:

- a) aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste Termo;
- b) prestar à POLITÉCNICA-UFRJ informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos moldes deste Termo;
- c) indicar coordenador, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura deste Termo, para acompanhar a sua execução;
- d) executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a execução do objeto deste Termo, em conta específica;
- e) informar previamente ao PRODERJ os dados bancários e cadastrais necessários à realização dos aportes financeiros, cuidando para que a conta corrente a qual serão destinados os recursos seja específica para o projeto executado em conformidade com este Termo;
- f) restituir ao PRODERJ os saldos financeiros remanescentes, pertinentes ao seu respectivo aporte, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, no prazo máximo de 60 (sessenta), dias contados da data do término da vigência, do referido ano fiscal 2022 ou da denúncia deste Termo de Cooperação Técnica;
- g) responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este Termo de Cooperação Técnica;
- h) manter, durante toda a execução do Termo de Cooperação Técnica todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;

i) observar os princípios da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade, economicidade, legalidade e impessoalidade, nas aquisições e contratações realizadas, bem como no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica;

j) manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos do PRODERJ por este Termo de Cooperação Técnica fazendo-o em estrita observância às normas tributário-fiscais em vigor;

k) manter, com os recursos do projeto e sob sua coordenação direta, mão de obra qualificada disponível, quando necessária, para a execução das atividades relativas a este Termo de Cooperação Técnica e ao Plano de Trabalho;

l) providenciar a remuneração dos colaboradores, conforme previsto em orçamento específico aprovado, em conformidade, ainda, com o art. 4º da Lei nº 8.958/1994;

m) cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial as trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados e/ou contratados, durante a execução do Projeto objeto do Plano de Trabalho, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados, funcionários, servidores ou contratados da COPPETEC e PRODERJ ou as demais convenientes, cabendo a COPPETEC a responsabilidade exclusiva pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social a que a COPPETEC der causa, com relação a toda a mão de obra por ela contratada em decorrência do presente Termo de Cooperação Técnica.

3.2 Os Coordenadores de projeto poderão ser substituídos a qualquer tempo, competindo a cada PARCEIRO comunicar ao (s) outro (s) acerca desta alteração.

3.3 Os PARTÍCIPES são responsáveis, nos limites de suas obrigações, respondendo por perdas e danos quando causarem prejuízo em razão da inexecução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica ou de publicações a ele referentes.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 O PRODERJ transferirá recursos financeiros no valor total de R\$ **529.529,00 (Quinhentos e vinte e nove mil e quinhentos e vinte e nove reais)**, conforme cronograma físico-financeiro de desembolso constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo.

4.2 Os valores especificados no item acima serão recebidos pela COPPETEC no Banco Bradesco. A agência e conta-corrente serão informados a posteriori pela COPPETEC e inserido em processo único no Sistema Eletrônico de Informações do estado do Rio de Janeiro – SEI/RJ.

4.3 O PRODERJ efetuará os aportes financeiros previstos no Plano de Trabalho através de depósitos em conta corrente especificada no item 4.2, servindo o comprovante da operação bancária como recibo, para fins de direito, do repasse dos recursos financeiros previstos por este Termo.

4.4 Observadas as demais disposições previstas neste Termo de Cooperação Técnica os PARTÍCIPES acordam, desde já, que os valores mencionados no Plano de Trabalho são estimados com base nas premissas e termos especificados no mencionado Anexo.

4.5 Qualquer aumento ao orçamento do Plano de Trabalho executado por este Termo de Cooperação Técnica que torne necessário o aporte de recursos adicionais pelo PRODERJ deverá ser prévia e formalmente analisado e aprovado pelos Partícipes, devendo ser implementado tão somente após celebração de termo aditivo a este Termo de Cooperação Técnica.

4.6 Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum Termo entre os PARTÍCIPES, o que implicará a revisão das metas pactuadas e a alteração do Plano de Trabalho.

4.7 O PRODERJ deverá comunicar à COPPETEC as transferências financeiras até o primeiro dia útil seguinte à(s) data(s) do (s) depósito(s) bancário(s). Fica na responsabilidade da COPPETEC informar a POLITÉCNICA-UFRJ sobre a transferência financeira realizada, caso ache necessário.

4.8 Os recursos transferidos à COPPETEC, enquanto não utilizados, seguirão as normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no que tange à aplicação, rendimentos e outras formas de correção.

4.9 Eventual saldo de recurso transferido pelo PRODERJ à COPPETEC, não utilizado no objeto deste Termo, após a sua conclusão, será restituído ao PRODERJ, corrigidos nos termos da legislação aplicável.

4.10 A POLITÉCNICA-UFRJ e COPPETEC não disponibilizarão recursos orçamentários e financeiros próprios na execução deste Termo de Cooperação Técnica, suspendendo sua execução, caso o repasse não seja efetivado conforme previsto no Plano de Trabalho.

4.11 Os valores dos recursos financeiros previstos nesta cláusula poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum Termo entre os PARTÍCIPES, o que implicará na revisão das metas pactuadas e alteração do Plano de Trabalho.

4.12 Qualquer aumento ao orçamento do Plano de Trabalho executado por este Termo de Cooperação Técnica que torne necessário o aporte de recursos adicionais pelo PRODERJ deverá ser prévia e formalmente analisado e aprovado pelos Partícipes, devendo ser implementado tão somente após celebração de termo aditivo a este Termo de Cooperação Técnica.

4.13 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de capacitação.

4.14 São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações previstas no item 4.9 que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

4.14.1 Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa e alterações de rubricas ou itens de despesas, necessárias para efetiva execução do projeto, ficarão dispensadas de prévia anuência do PRODERJ, hipótese em que o coordenador do projeto solicitará a alteração à POLITÉCNICA-UFRJ,

devendo constar as razões que ensejaram as alterações, indicando a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

4.15 A POLITÉCNICA-UFRJ não responderá pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial e alterações nos valores de taxas escolares.

CLÁUSULA QUINTA: DO PESSOAL

5.1 Cada PARTÍCIPE se responsabiliza, individualmente, pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados, que colaborarem na execução do objeto deste Termo, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza com a PARTÍCIPE e o pessoal da POLITÉCNICA-UFRJ e da COPPETEC e vice-versa, cabendo a cada PARTÍCIPE a responsabilidade pela condução, coordenação e remuneração de seu pessoal, e por administrar e arquivar toda a documentação comprobatória da regularidade na contratação.

CLÁUSULA SEXTA: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA

6.1 Todos os dados, técnicas, tecnologia, know-how, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um parceiro que este venha a utilizar para execução do Projeto continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro parceiro cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

6.2 Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Termo de Cooperação Técnica deverá ter a sua propriedade compartilhada entre as duas convenientes, na mesma proporção em que cada instituição contribuiu com recursos humanos, além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da lei nº 10.973/2004.

6.3 Eventuais impedimentos de um dos Partícipes não prejudicará a titularidade e/ou a exploração dos direitos da Propriedade Intelectual pelos demais.

6.4 As Partes devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DIVULGAÇÃO E DAS PUBLICAÇÕES

7.1 Os PARTÍCIPEs concordam em não utilizar o nome do outro PARTÍCIPE ou de seus empregados em qualquer propaganda, informação à imprensa ou publicidade relativa ao contrato ou a qualquer produto ou serviço decorrente deste, sem a prévia aprovação por escrito da PARTE referida, salvo as artes confeccionadas para divulgação dos cursos constantes no Plano de Trabalho referentes a este Termo.

7.2 Fica vedado aos PARTÍCIPEs utilizar, no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica nomes,

símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

7.3 Os PARTÍCIPES não poderão utilizar o nome, logomarca ou símbolo um do outro em promoções e atividades afins alheias ao objeto deste Termo, sem prévia autorização do respectivo PARCEIRO sob pena de responsabilidade civil em decorrência do uso indevido do seu nome e da imagem.

7.4 As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente Termo, deverão mencionar expressamente o apoio recebido dos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA OITAVA: DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

8.1 Os PARTÍCIPES adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente Termo de Cooperação Técnica inclusive na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização da outro PARTÍCIPE.

8.2 Os PARTÍCIPES informarão aos seus funcionários e prestadores de serviços e consultores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do Termo, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

8.3 Os PARTÍCIPES farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assuma o compromisso de confidencialidade, por meio assinatura de Termo de Confidencialidade.

8.4 Não haverá violação das obrigações de CONFIDENCIALIDADE previstas no Termo de Cooperação Técnica nas seguintes hipóteses:

8.4.1 informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento das PARTES na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o Termo pela PARTÍCIPE que a revele;

8.4.2 informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa do(s) PARTÍCIPES(S);

8.4.2.1 qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais, não será considerada de conhecimento ou domínio público.

8.4.3 revelação expressamente autorizada, por escrito, pelos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA NONA: CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO

9.1 Os PARTÍCIPIES deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de Termo com as boas práticas da gestão pública para cumprir e assegurar que (i) seus conselheiros, diretores, empregados qualquer pessoa agindo em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas” e, cada uma delas, como “uma Parte Relacionada”) obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes nas jurisdições em que os PARTÍCIPIES estão constituídos e na jurisdição em que o Termo de Cooperação Técnica será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Termo de Cooperação Técnica.

9.2 Um PARCEIRO deverá notificar imediatamente o outro sobre eventual suspeita de qualquer fraude tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias para apurá-las.

9.3 Os PARTÍCIPIES obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo deste Termo.

9.4 Os PARTÍCIPIES declaram-se cientes de que seus Departamentos Jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

a) os PARTÍCIPIES não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro PARTÍCIPE, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Termo. Serão admitidos apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como canetas, agendas, folhinhas, cadernos etc;

b) os PARTÍCIPIES somente poderão representar outro PARTÍCIPE perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio Termo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;

c) Os PARTÍCIPIES e seus prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Termo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os PARTÍCIPIES;

d) os PARTÍCIPIES, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento desse Termo;

e) os PARTÍCIPIES, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para (i) afastar o preposto imediatamente; (ii) evitar que tais atos se repitam e (iii) garantir que o Termo tenha condições de continuar vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO ACOMPANHAMENTO

10.1 Aos coordenadores, indicados pelos PARTÍCIPES competirão dirimir as dúvidas que surgirem na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas e de tudo darão ciência às respectivas autoridades.

10.2 O coordenador do projeto indicado pela POLITÉCNICA-UFRJ anotarà, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para regularização das inconsistências observadas.

10.3 O acompanhamento do projeto pelos coordenadores não exclui nem reduz a responsabilidade dos PARTÍCIPES perante terceiros.

10.4 A impossibilidade técnica ou pedagógica quanto ao cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja Termo entre os PARTÍCIPES quanto à alteração, à adequação ou término do Plano de Trabalho e consequente extinção deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1 O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará até 31 de agosto de 2024, a partir da data de sua assinatura, prorrogáveis.

11.2 Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo, com as respectivas alterações no Plano de Trabalho, mediante a apresentação de justificativa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES

12.1 As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas mediante celebração de termo aditivo.

12.2 A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.

12.3 É vedado o aditamento do presente Termo com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

12.4 São dispensáveis de formalização por meio de Termo Aditivo as alterações que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO DO TERMO

13.1 Este Termo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARTÍCIPES, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da

data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros entre os PARTÍCIPIES, creditando eventuais benefícios adquiridos no período.

13.2 Constituem motivos para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste Termo, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que tome material ou formalmente inexecutável o Termo de Cooperação Técnica, imputando-se aos PARTÍCIPIES as responsabilidades pelas obrigações até então assumidas, devendo o PARTÍCIPE que se julgar prejudicado notificar o PARTÍCIPE para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

13.2.1 Prestados os esclarecimentos, os PARTÍCIPIES deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Termo.

13.2.2 Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta, o Termo será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

13.3 O Termo de Cooperação Técnica será rescindido em caso de decretação de falência, liquidação extrajudicial ou judicial, ou insolvência de qualquer dos PARTÍCIPIES, ou, ainda, no caso de propositura de quaisquer medidas ou procedimentos contra qualquer dos PARTÍCIPIES para sua liquidação e/ou dissolução;

13.4 O presente Termo será extinto com o cumprimento do objeto ou com o decurso de prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICIDADE

14.1 A publicação do extrato do presente Termo de Cooperação Técnica nos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro e da União são de responsabilidade dos PARTÍCIPIES, cada um em sua respectiva esfera, sendo esta condição indispensável para sua eficácia e, no caso da publicação no DOU, será providenciada pelo PRODERJ no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS NOTIFICAÇÕES

15.1 Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao Termo de Cooperação Técnica poderá ser feita pelo PRODERJ, POLITÉCNICA-UFRJ e COPPETEC, por e-mail, fax, correio ou entregue pessoalmente, diretamente no respectivo endereço, conforme as seguintes informações:

15.1.1 POLITÉCNICA-UFRJ : Prédio do Centro de Tecnologia, bloco A, 2º andar, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro – RJ, 21945-970, , (21) 99605-3201, daplan.diretor@poli.ufrj.br;

15.1.2 PRODERJ: Rua da Conceição, 69, 24º e 25º andares Centro, 20051-011, Rio de Janeiro, (21) 2333-0234, presidencia@proderj.rj.gov.br;

15.1.3 COPPETEC: Av. Moniz Aragão, nº 360, bloco 1, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, CEP 21.941-594, (21) 3622-3442, contratos@coppetec.ufrj.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É livre o acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionados a esse Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste CONTRATO, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam os PARTÍCIPES o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2022.

Pelo PRODERTJ:

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

Pela COPPETEC:

ANTONIO MACDOWELL DE FIGUEIREDO
DIRETOR SUPERINTENDENTE

FERNANDO OTÁVIO DE FREITAS PEREGRINO
DIRETOR EXECUTIVO

Pela POLITÉCNICA-UFRJ:

CLÁUDIA DO ROSÁRIO VAZ MORGADO
DIRETORA



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 26/07/2022, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victor Paulo Peçanha Esteves, Usuário Externo**, em 27/07/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Otávio de Freitas Peregrino, Usuário Externo**, em 27/07/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mac Dowell de Figueiredo, Usuário Externo**, em 27/07/2022, às 20:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **36720148** e o código CRC **4B48C871**.

Referência: Processo nº SEI-150016/001173/2022

SEI nº 36720148